

Estratégia de Paisagem

Sul do Maranhão



Foto: Ariel Rocha/Acervo ISPN

ESTRATÉGIA DE PAISAGEM SUL DO MARANHÃO

Projeto Oitava Fase Operacional do Small Grants Program no Brasil
Fundo Ecos (SGP/GEF)

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN



LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ACA	Associação Camponesa
APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CDVDH	Centro de Defesa da Vida dos Direitos Humanos
CGN	Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos
COMDEKS	Community Development and Knowledge Management for the Satoyama Initiative Programme
COOPEVIDA	Cooperativa Agroecológica pela Vida do Cerrado Sul Maranhense
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Família
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente (<i>Global Environment Facility</i>)
ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
LEPENG	Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
OBC	Organização de Base Comunitária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAMA	Rede de Agroecologia do Maranhão
REDAC	Rede de Desenvolvimento Agroextrativista do Cerrado
SGP	Small Grants Program

Sumário

1. Apresentação.....	5
2. Área Prioritária.....	7
3. Análise de Situação.....	11
4. Estratégia da Paisagem.....	13
5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos.....	15
6. Plano de Monitoramento e Avaliação.....	20
7. Plano de Gestão do Conhecimento e Comunicação.....	21

1. Apresentação

O Fundo Ecos é um mecanismo independente, que oferece financiamento diretamente a organizações da sociedade civil, com foco principal em povos e comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares, visando a promoção de iniciativas comunitárias, com um enfoque particular nas necessidades e potencialidades locais, nos direitos e nas culturas daqueles que historicamente mais têm contribuído para a conservação ambiental por meio do uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios econômicos e sociais.

O Fundo Ecos começou como sendo a versão brasileira do Small Grants Program do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) – nomeado em português como Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, e teve o GEF como único doador por cerca de 15 anos. A partir do ano de 2013, o fundo passou a receber recursos de outras fontes, como Fundo Amazônia e União Europeia.

O ISPN, por meio do Fundo Ecos, executa a Oitava Fase Operacional do *Small Grants Program* no Brasil, entre 2025 e 2029, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Neste contexto, o Fundo Ecos atua com quatro paisagens prioritárias onde serão apoiados projetos estratégicos, pequenos projetos e projetos de consolidação. Os parceiros institucionais estratégicos serão responsáveis por apoiar na construção dos projetos de organizações de base comunitária (OBC) e organizações de assessoria e na execução e monitoramento destes projetos. Os parceiros estratégicos têm o papel central, ainda, na interação entre os diversos projetos da paisagem, na articulação política e na construção de capacidades dos atores sociais dos territórios em questão.

As quatro paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) do Fundo Ecos como paisagens prioritárias a partir de critérios previamente estabelecidos, sendo estes: (1) presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos; (2) possibilidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento); (3) situação socioambiental da região; e (4) logística de acesso. Nessa definição das quatro paisagens, o CGN buscou também um equilíbrio entre os biomas Cerrado e Caatinga e entre os Estados. São elas:

- Alto Rio Poti, PI
- Oeste da Bahia, BA



- Cerrado do Sul do Maranhão, MA
- Territórios Kaiowá e Guaraní, MS.

As ações a serem desenvolvidas em cada paisagem são orientadas por documentos denominados “Estratégias de Paisagem”. Estas estratégias de paisagem visam resumir os principais problemas socioambientais das áreas e definir quais ações o projeto irá apoiar e promover no sentido de melhorar a resiliência destas paisagens. As Estratégias de Paisagem são organizadas em 6 partes:

1. Área prioritária - descrição da extensão e geografia da paisagem;
2. Análise de Situação - ameaças e oportunidades;
3. Estratégia da Paisagem - indicadores de resultados e impacto;
4. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos;
5. Plano de Monitoramento e Avaliação; e
6. Plano de Gestão do Conhecimento.

As Estratégias de Paisagem foram elaboradas a partir de consultas realizadas durante a preparação do Projeto Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil - Fundo Ecos, entre 2024 e 2026. Nessas consultas, foram levantadas informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero e acesso às políticas públicas, entre outras), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelo projeto e as bases para um entendimento comum sobre a situação de cada paisagem.

O presente documento traz, portanto, as informações colhidas para a paisagem Cerrado Sul do Maranhão, que constituem o cerne desta Estratégia de Paisagem.

A oficina de consulta aconteceu na Paisagem Cerrado Sul do Maranhão durante os dias 29 de novembro a 1 de dezembro de 2024, e envolveu 38 participantes de comunidades e organizações dos municípios de São Raimundo da Mangabeiras, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Balsas, Loreto, Sambaíba, São Félix de Balsas, Riachão, São Domingos do Azeitão.

Esta oficina teve como objetivo geral realizar diálogo com atores locais da paisagem Cerrado Sul do Maranhão para levantamento de problemas

socioambientais, construção participativa das estratégias de ação para o desenvolvimento sustentável do território e validação do mapa de abrangência da paisagem. Para tanto, quatro grupos foram segmentados para levantar os principais problemas socioambientais que afetam as comunidades e seus territórios e pensar em ações estratégicas e iniciativas comunitárias que possam contribuir para a superação desses problemas. Foram realizados diálogos a respeito das principais características ambientais, sociais e econômicas dos municípios que compõem a paisagem; da produção agrícola e criação de pequenos animais; das atividades econômicas e produtivas desenvolvidas nas áreas naturais de Cerrado; da comercialização dos produtos; da organização comunitária; dos principais projetos e iniciativas e seus impactos; e dos principais parceiros das comunidades.

A partir dos pontos levantados, os atores puderam identificar os principais conflitos e os principais problemas que acometem o território e priorizar ações estratégicas para incidir nesses problemas.

2. Área Prioritária

A paisagem do Sul do Maranhão fica nos domínios do Bioma Cerrado, na bacia do Rio Parnaíba, situada na região Nordeste do país. A paisagem envolve a Bacia Hidrográfica do Rio Balsas que possui área total de 25.481,42 km² e perímetro de 3.055,95 km, sendo o Rio das Balsas o curso principal, com 533,48 km de extensão. O rio é de extrema contribuição hídrica para o rio Parnaíba, nasce no ponto de encontro da chapada das Mangabeiras com a serra do Penitente em altitude superior a 600 metros, na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins. Seu curso corta o sul do Maranhão.

Na paisagem está presente parte da área do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, no município de Alto Parnaíba, que tem como objetivo principal contribuir de forma significativa na proteção da nascente do Rio Parnaíba que tem sofrido fortes ameaças pelo uso exacerbado dos recursos naturais e desmatamentos em sua bacia hidrográfica e parte da área do Parque Nacional da Chapada das Mesas, no município de Carolina e Riachão. Além desses, existem duas unidades de conservação estaduais sendo, o Parque Estadual do Mirador e a APA da Nascente do Rio das Balsas. Além disso, parte dos municípios da paisagem estão em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade

segundo os dados do MMA 2018, o que mostra a importância da conservação dessas áreas.

A paisagem possui área total de 5.568.456,20 ha e é composta por 11 municípios, seja em área total ou parcial, a saber: Carolina, Riachão, Balsas, Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, Benedito Leite, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Loreto. Se consideradas as áreas totais dos municípios, a população total da paisagem fica em torno de 221.645 habitantes.

A Tabela 1, a seguir, apresenta os dados referentes à população urbana e rural, bem como a área dos municípios que compõem a paisagem Sul do Maranhão.

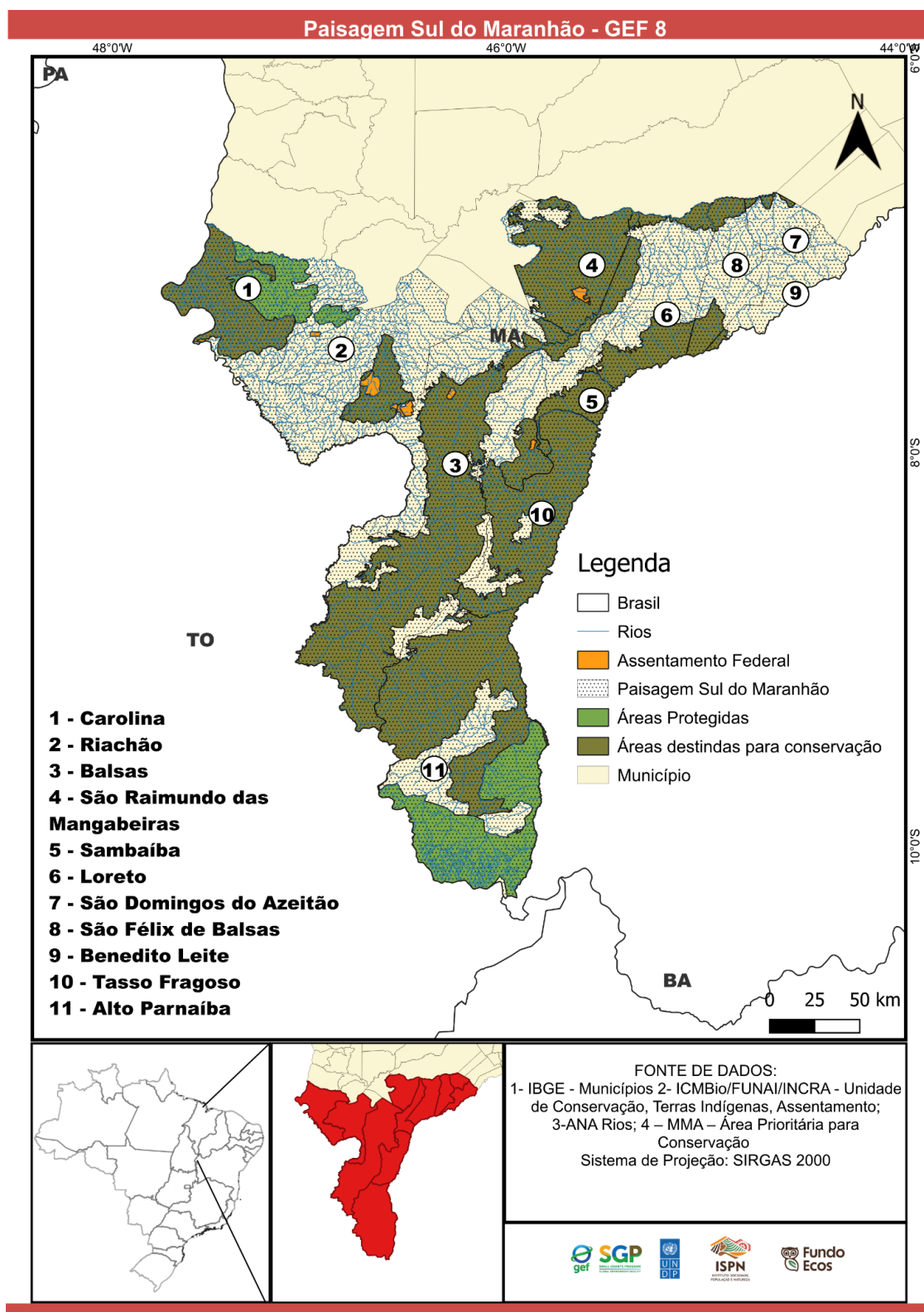
Tabela 1. Informações sobre população e área dos municípios que compõem a Paisagem Sul do Maranhão (MA).

Município	População estimada (IBGE 2025)	População Rural (IBGE 2022)	População urbana (IBGE 2022)	Área do Município (ha) (IBGE 2022)
Alto Parnaíba	11.109	2.747	8.362	1.112.738,40
Balsas	101.767	12.265	89.502	1.314.116,20
Benedito Leite	5.469	2.092	3.377	178.464,00
Carolina	24.062	7.350	16.712	626.767,50
Loreto	11.597	4.654	6.943	359.723,10
Riachão	22.145	10.473	11.672	640.283,00
Sambaíba	5.568	2.644	2.924	247.613,20
São Domingos do Azeitão	7.992	2.387	5.605	96.124,90

Município	População estimada (IBGE 2025)	População Rural (IBGE 2022)	População urbana (IBGE 2022)	Área do Município (ha) (IBGE 2022)
São Félix de Balsas	4.402	2.692	1.710	203.259,90
São Raimundo das Mangabeiras	18.672	4.905	13.767	352.450,10
Tasso Fragoso	8.862	2.694	6.168	436.915,90

As porções desses municípios que compõem a paisagem do projeto são identificadas no mapa a seguir.

Mapa da Paisagem Sul do Maranhão.



3. Análise de Situação

Ameaças e Oportunidades

A paisagem do Sul do Maranhão é formada por aspectos históricos e sociais, sendo nessas terras que se manifesta o amor e o respeito pela natureza. Os agricultores familiares são os protagonistas dessa história.

Nesse território, os quintais produtivos representam o elo entre amor à terra e preservação ambiental. É nesses espaços que se depositam tempo, esforço e esperança. Em retribuição, a terra oferece produções que garantem a subsistência das famílias e servem como fonte de renda, tanto em feiras locais quanto em mercados institucionais.

Esses quintais não são apenas a base para o sustento das famílias. Eles são guardiões de um conhecimento ancestral que mantém vivas espécies nativas e sustenta a biodiversidade. Frutos como o babaçu, símbolo de resistência; o buriti, com sua doçura; o juçara; o bacuri, com seu perfume e sabor incomparáveis; o caju, reconhecido pela cajuína; a bacaba e o pequi, fruto típico do Cerrado, compõem essa riqueza natural. Além disso, a mandioca, cultivada para a produção de farinha, é um dos alimentos principais para essas famílias, garantindo nutrição e renda.

Infelizmente, toda essa riqueza tem enfrentado grandes transformações, que vêm colocando o Cerrado em declínio.

O Cerrado tem sido o bioma de sacrifício no Brasil, com o desmatamento tomando grandes proporções e acontecendo de forma acelerada. Estima-se que, em 2025, foram perdidos em média cerca de 1.482,10 hectares de vegetação nativa por dia no bioma (MapBiomas, 2025). Aproximadamente 51% do bioma já teve sua vegetação nativa modificada para o plantio de soja. A paisagem Sul do Maranhão está inserida neste contexto e tem sofrido fortes transformações ao longo das últimas décadas, e nos últimos anos, a velocidade de conversão de vegetação nativa em monocultivos tem se agravado ainda mais.

Segundo o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil de 2025, elaborado pelo MapBiomas, o Maranhão segue sendo o estado com a maior área desmatada no país. Em 2025, cerca de 154.294 hectares de vegetação nativa foram suprimidos, representando 15,7% do total desmatado no Brasil (MapBiomas, 2025). Os dados também mostram que, dos 50 municípios que mais desmataram no Brasil em 2025, 11 estão localizados no Maranhão. O município de Balsas é o maior

em termos de área desmatada, com 14.963 ha, seguido por Carolina, com 5.355 ha desmatados, e Alto Parnaíba, com 5.178 ha. A grande maioria dessa transformação tem sido causada pela expansão das atividades agropecuárias, com grande destaque para a agricultura, especialmente o cultivo de grãos.

Essa perda afeta significativamente a biodiversidade do bioma e agrava ainda mais os efeitos das mudanças climáticas, reduzindo o período de chuvas e comprometendo o volume de água nos rios, veredas, nascentes, poços e riachos. Isso afeta o abastecimento das comunidades e compromete os modos de vida dos moradores. Já existem evidências que comprovam esses impactos, como em 2018, quando o Rio Balsinha, ao atingir seu limite máximo devido às fortes chuvas na região, transbordou, deixando cerca de 80 famílias isoladas na zona rural de Balsas.

Além disso, as comunidades locais têm sofrido fortes ameaças devido à expansão agrícola, como a violação dos direitos humanos e expropriação de terras. O Maranhão é o segundo estado com maior registro de conflitos agrários entre 2014 e 2023, com 1.926 ocorrências. Em 2023, houve 171 registros de conflitos no campo, afetando 17.074 famílias, segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Outra ameaça que tem colocado a saúde dessa população em estado de atenção é a pulverização aérea, uma fonte de poluição difusa que tem atingido grandes proporções, causando graves problemas de saúde aos moradores das comunidades locais. Recentemente, a Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA) e a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA), em colaboração com o Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia da Universidade Federal do Maranhão (LEPENG), realizaram um levantamento cartográfico sobre o uso indiscriminado de veneno em comunidades tradicionais no estado por parte do agronegócio. O estudo aponta que 166 comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos rurais em 25 municípios do Maranhão estão sofrendo graves consequências devido à pulverização de agrotóxicos.

Além da saúde humana também tem afetado os rios, que tem colocado as comunidades têm vivido grandes problemas com a insegurança hídrica, já que boa parte dos rios tem apresentado características físicas e químicas alteradas devido ao lançamento de agrotóxicos de fontes difusas e desordenada, com isso, boa parte das comunidades não têm água apropriada para consumo humano,

além das nascentes que têm seus volumes cada vez mais baixo ou até mesmo não existem mais, que prejudica a irrigação dos quintais produtivos.

A paisagem está inserida em um território que já conta com organizações fortes e consolidadas, atuando em rede, como a Cooperativa Agroecológica pela Vida de São Raimundo das Mangabeiras (COOPEVIDA) e a Associação Camponesa (ACA), que já dialogam e têm um histórico de atuação conjunta. Ambas as organizações foram apoiadas pelo Fundo Ecos em diversas ocasiões. A Associação Camponesa recebeu apoio em 2004 e 2019, enquanto a COOPEVIDA teve projetos apoiados em 2006, 2014, 2019 e 2022. Ambas têm papel de articulação regional e trabalham com incidência política com toda a região sul do estado do Maranhão.

As organizações da sociedade civil presentes na paisagem participam ainda de diversos coletivos e redes temáticos ou regionais, a saber:

- Bioma Cerrado/Nacional: Rede Cerrado, redes de pastorais (são 19 paróquias na região) e de sindicatos (16 sindicatos da região).
- Estadual/Temática: RAMA, Teia dos Povos, Rede Cerrado de Pé, Rede Mandioca (Fundos de Créditos Rotativos), Rede PE do Mirador.
- Regional/local: Toma Corda Carolina, REDAC (Rede de Desenvolvimento Agroextrativista do Cerrado), CDVDH, ACA, Coopevida.

4. Estratégia da Paisagem

Existem três aspectos definidores do conjunto de metodologias da Iniciativa Satoyama (COMDEKS) que o Fundo Ecos irá integrar em suas atividades durante o Projeto Oitava Fase Operacional do SGP/GEF no Brasil:

- As organizações comunitárias orientam as estratégias de desenvolvimento rural por meio do planejamento, governança, execução e monitoramento de projetos;
- A governança participativa da paisagem representa uma base eficaz para a organização de abordagens baseadas na comunidade e de múltiplas partes interessadas para a gestão da terra e dos recursos;
- As soluções integradas são efetivamente abordadas no nível da paisagem, pois a escala é grande o suficiente para incluir várias comunidades,

processos e sistemas que sustentam os serviços ecossistêmicos, a produção econômica rural e as culturas locais.

Dessa forma, a estratégia de implementação do Fundo Ecos envolverá a assistência a organizações comunitárias na execução e coordenação de projetos que gerarão sinergias ecológicas, econômicas e sociais que produzirão benefícios ambientais globais maiores e potencialmente mais duradouros, bem como maior capital social e benefícios de desenvolvimento sustentável local.

Em cada uma das quatro paisagens-alvo, o Fundo Ecos apoia um ou mais projetos estratégicos e cerca de 10 projetos, incluindo pequenos projetos e projetos de consolidação. Todos os projetos - pequenos, consolidação e estratégicos - atuam de forma integrada no sentido de ampliar a resiliência da paisagem e garantir o enfoque de gênero em todas as ações realizadas de acordo com as ações descritas na Estratégia de Paisagem. O suporte do parceiro estratégico se dá por meio de um projeto estratégico elaborado pela organização parceira, a partir de uma Carta Convite ou de um Edital Restrito em que são explicadas as principais atribuições, resultados esperados e entregas.

Os parceiros estratégicos locais selecionados desempenham um papel fundamental na implementação da Estratégia de Paisagem; promovendo a integração entre todos os projetos apoiados na paisagem, capacitações, intercâmbios e incidência política. Outras atividades que podem ser lideradas pelo parceiro estratégico são intercâmbios entre agricultores, feiras de sementes locais ou regionais, oficinas temáticas e capacitações, entre outras. Cabe também ao parceiro estratégico desenvolver iniciativas piloto com tecnologias consideradas inovadoras ou pouco conhecidas na região, mas que demonstram potencial para uma aplicação mais ampla.

Essas organizações estratégicas são importantes ainda no apoio às organizações de base tanto na construção como na implementação dos seus projetos. Na fase de implementação dos projetos, o parceiro estratégico tem o papel de apoiar no monitoramento dos projetos, fornecendo assistência técnica e administrativa, principalmente às organizações comunitárias que apresentam fragilidades de gestão. Também são responsáveis por auxiliar o ISPN no monitoramento dos resultados alcançados, o que é essencial, considerando que muitas organizações menores podem ainda não ter uma boa capacidade administrativa e organizacional suficientes, necessitando de acompanhamento para aprimorar suas habilidades e competências nessa área.



Para alcançar impactos na escala da paisagem, o projeto estratégico fomentará em cada paisagem uma “plataforma multissetorial de parceiros” (ou, simplesmente, uma rede de parceiros). O parceiro estratégico de cada paisagem tem o papel de ser um impulsionador institucional, com a responsabilidade de animar a rede e apoiar seu funcionamento para manter uma estratégia de diálogo estreito entre comunidades tradicionais e agricultores familiares e seus parceiros institucionais, sejam estes governos locais, universidades ou organizações da sociedade civil. Além de ser um fórum para discussões e debates em nível de paisagem, pode funcionar como um espaço para divulgar experiências, lições aprendidas e as melhores práticas de iniciativas anteriores, visando sua ampliação ao longo do projeto.

No contexto da rede, o parceiro estratégico é responsável por promover discussões, oficinas e outros eventos em que o planejamento no nível da paisagem esteja em destaque. Os diferentes atores interessados se reunirão para um processo participativo de tomada de decisão, buscando estabelecer acordos que resultem em apoio a sistemas multifuncionais de uso da terra, paisagens mais resilientes e com conectividade ecológica, no contexto do desenvolvimento sustentável e da proteção e mitigação socioambiental das mudanças climáticas.

Na medida em que o projeto se desenvolver, as plataformas multissetoriais também funcionarão como fóruns para a apresentação, discussão e disseminação dos resultados do projeto. Outro papel dessa plataforma é articular potenciais parceiros e programas para ampliar os mercados para os produtos da sociobiodiversidade encontrados na paisagem, além de visar uma maior incidência política dando mais visibilidade aos problemas enfrentados pelas comunidades.

5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos

Os temas e ações prioritários levantados na oficina de consulta na Paisagem do Sul do Maranhão embasaram a construção de um edital voltado às organizações de base comunitária ou de assessoria atuantes na paisagem.

As ações citadas foram agrupadas em:

- Gestão Socioambiental da Paisagem



- Produção agroextrativista sustentável e segurança alimentar
- Fortalecimento Cultural
- Mulheres e Jovens

O lançamento do edital do Fundo Ecos está previsto para o segundo semestre de 2026, e será supervisionada pelo Comitê Gestor Nacional (CGN), que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Os proponentes de projetos devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois anos. Não poderão ser apoiadas organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos e instituições de pesquisa.

Os projetos devem ser genuinamente participativos e buscar a resolução de problemas concretos do território utilizando-se de soluções pensadas e que façam sentido para a comunidade e que se relacionem com os temas elencados nesta Estratégia de Paisagem.

Os projetos poderão incluir um ou mais temas, mas todos devem demonstrar contribuição para a ampliação da resiliência da paisagem por meio dos temas elencados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2. Iniciativas estratégicas, possíveis ações e principais indicadores para a paisagem Sul do Maranhão.

Iniciativas estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
Conservação ambiental e gestão do território	Diagnóstico sobre situação fundiária e desmatamento da região; mapeamento ambiental dos afluentes do rio Balsas; ações de educação ambiental; palestras e seminários sobre impactos dos agrotóxicos; fortalecimento de brigadas comunitárias; iniciativas de conservação do Cerrado e	Nº de diagnósticos realizados; Nº de áreas/territórios mapeados; Nº de ações de educação ambiental realizadas; Nº de pessoas participantes das ações; Nº de palestras e seminários realizados; Nº de brigadas comunitárias fortalecidas/criadas; Nº de

Iniciativas estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
	mecanismos de incentivo à proteção ambiental.	peessoas capacitadas para prevenção e combate a incêndios; N° de iniciativas de conservação ambiental apoiadas; hectares sob ações de conservação ou manejo sustentável; N° de mecanismos/iniciativas de incentivo à proteção ambiental implementados.
Água, clima e tecnologias sociais	Promover o acesso a tecnologias e inovações adequadas à produção extrativista do território; Implantação de sistemas de captação de água da chuva; sistemas de reuso de águas cinzas; tecnologias para saneamento rural; acesso à energia solar para bombeamento de água; ações de adaptação às mudanças climáticas e enfrentamento das secas.	N° de tecnologias sociais implantadas; N° de famílias beneficiadas com tecnologias de acesso à água; N° de sistemas de captação de água implantados; n° de sistemas de reuso de águas cinzas implantados; n° de tecnologias de saneamento rural implantadas; n° de sistemas de energia solar instalados; n° de famílias beneficiadas com energia para bombeamento de água; n° de ações de adaptação às mudanças climáticas realizadas; n° de pessoas capacitadas em tecnologias sociais e estratégias de convivência com a seca.
Agroextrativismo : produção, beneficiamento e comercialização	Promoção e fortalecimento de quintais produtivos e sistemas agroflorestais (SAFs); aprimoramento da apicultura e meliponicultura; fomentar a produção, beneficiamento e comercialização de produtos do Cerrado (óleos, polpas, farinhas e derivados);	N° de quintais produtivos implantados/fortalecidos; de SAFs implantados/fortalecidos; N° de famílias envolvidas na produção agroextrativista; N° de unidades produtivas de apicultura/meliponicultura

Iniciativas estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
	fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade; promover ações de assistência técnica e extensão rural (ATER); promoção de encontros e intercâmbios de trocas de sementes; criação e fortalecimento de feiras agroecológicas; fortalecimento de agroindústrias comunitárias e de mulheres; estruturação de cozinhas comunitárias e espaços de armazenamento e beneficiamento da produção da agricultura familiar; fortalecimento de marcas e estratégias de divulgação da agricultura familiar; fortalecimento de centros de comercialização;	fortalecidas; N° de produtos da sociobiodiversidade beneficiados/comercializados; N° de cadeias da sociobiodiversidade fortalecidas; N° de famílias atendidas por ATER; N° de intercâmbios de sementes realizados; N° de participantes nos intercâmbios; N° de feiras agroecológicas criadas/fortalecidas; N° de agroindústrias comunitárias e de mulheres fortalecidas; N° de cozinhas comunitárias estruturadas; N° de espaços de armazenamento e beneficiamento estruturados; N° de marcas/estratégias de comercialização fortalecidas; N° de centros de comercialização fortalecidos;
Mulheres e autonomia econômica	Fortalecimento do protagonismo das mulheres nas organizações comunitárias; criação de redes de agroindústrias de mulheres; formação sobre direitos e acesso a políticas públicas; valorização do trabalho das mulheres rurais; fortalecimento da participação das mulheres em espaços de decisão e incidência política.	N° de mulheres participantes das ações; N° de organizações com participação/protagonismo das mulheres fortalecido; N° de redes de agroindústrias de mulheres criadas/fortalecidas; N° de mulheres capacitadas sobre direitos e políticas públicas; N° de iniciativas de geração de renda apoiadas; N° de mulheres beneficiadas pelas iniciativas de geração de renda; N° de mulheres que

Iniciativas estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
		passaram a participar de espaços de decisão; N° de espaços de participação e incidência política com presença de mulheres.
Juventude rural	Encontros e intercâmbios da juventude; formação em associativismo e cooperativismo para juventude rural; capacitação em comunicação social e educomunicação; valorização da identidade cultural camponesa e tradicional.	N° de encontros e intercâmbios realizados; N° de jovens participantes; N° de jovens capacitados em associativismo e cooperativismo; N° de jovens capacitados em comunicação social e educomunicação; N° de iniciativas de comunicação protagonizadas por jovens; N° de iniciativas de valorização da identidade cultural apoiadas; N° de jovens envolvidos em ações de valorização cultural.
Organização social, associativismo e cooperativismo	Formação em associativismo e cooperativismo; criação e revitalização de associações comunitárias; fortalecimento das organizações de base e da gestão organizacional.	N° de organizações comunitárias fortalecidas; N° de organizações criadas ou revitalizadas; N° de pessoas capacitadas em associativismo e cooperativismo; N° de organizações que implementaram melhorias em sua gestão; N° de instrumentos de gestão organizacional elaborados/atualizados; N° de iniciativas coletivas de associativismo e cooperativismo apoiadas.
Direitos humanos, regularização fundiária e incidência	Elaboração de dossiês sobre violações de direitos humanos no território; campanhas de comunicação e incidência política; realização de	N° de dossiês elaborados e divulgados; N° de casos de violações de direitos humanos documentados; N° de campanhas de

Iniciativas estratégicas	Possíveis ações e atividades	Indicadores
política	audiências públicas; fortalecimento das ações de regularização fundiária; criação de fóruns regionais de políticas públicas.	comunicação/incidência realizadas; N° de audiências públicas realizadas; N° de organizações/comunidades envolvidas nas ações de incidência política; N° de iniciativas de regularização fundiária apoiadas; N° de comunidades/famílias beneficiadas pelas ações de regularização fundiária; N° de fóruns regionais criados/fortalecidos; N° de espaços de participação e incidência política ocupados pelas organizações comunitárias.

6. Plano de Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos projetos conduz a uma “parada para refletir sobre a prática” e a coletar e sistematizar informações que geram evidências e aprendizados voltados a vários usos. Desde a correção de rumos de um projeto em andamento, melhoria da atuação da organização, comunicação dos resultados, até a produção de informações que demonstrem a relevância de investimentos públicos e privados em iniciativas socioambientais e em políticas públicas apropriadas aos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

O monitoramento é fundamental para acompanhar e verificar a realização e as pendências das atividades previstas na fase de planejamento e o alcance dos objetivos e resultados esperados. O ISPN, como parte da sua metodologia de apoio a projetos, capacita e orienta as organizações e comunidades envolvidas nos projetos a monitorarem e avaliarem suas iniciativas, tanto durante todo o ciclo de vida do projeto (desempenho e resultados) como também nos efeitos que o projeto continua a gerar na vida das comunidades e da organização mesmo após o seu encerramento (seus impactos).

Cada projeto apoiado pelo Fundo Ecos é acompanhado por um ponto focal, responsável por monitorar todo o ciclo de vida do projeto, desde sua contratação até seu encerramento. Embora os dados sejam coletados ao longo do projeto, existem períodos específicos para sistematizar essas informações e compartilhá-las com o ponto focal. As organizações parceiras recebem os recursos financeiros em 3 parcelas, que somam o valor total do projeto. A primeira parcela é desembolsada no momento da assinatura do contrato. Para receber as parcelas seguintes, as organizações precisam apresentar relatórios e evidências relacionados à execução financeira e às atividades desenvolvidas. O Relatório do Projeto fornece uma descrição das atividades e despesas já realizadas, e o progresso dos indicadores alcançados até cada período.

A partir desses relatórios é possível alimentar o Sistema de Gestão de Projetos e monitorar os indicadores de impacto de cada projeto e de cada paisagem prioritária. Outras informações complementares são obtidas por meio de visitas técnicas de monitoramento.

O Fundo Ecos, em parceria com as organizações locais e parceiros estratégicos, reúne os dados e as informações coletadas sobre cada projeto, e sistematiza resultados, impactos e aprendizados gerados nas Paisagens Prioritárias. Pelo monitoramento é possível identificar casos positivos, sucessos alcançados pelos projetos, que nem sempre aparecem nos relatórios escritos, mas que podem servir tanto para fortalecer a coletividade na qual foi alcançado, como para inspirar outras experiências comunitárias.

7. Plano de Gestão do Conhecimento e Comunicação

O ISPN define a Gestão do Conhecimento como o processo de sistematização de lições aprendidas e conhecimentos tradicionais no âmbito dos projetos, tendo foco na organização sistemática e na utilidade da informação a longo prazo.

Esse processo é realizado de diversas formas, incluindo cartilhas virtuais, publicações impressas, documentários, podcasts e outras formas de mídia. A abordagem do ISPN enfatiza parcerias com organizações locais e regionais para desenvolver, aprimorar e disseminar metodologias, práticas e tecnologias. Essa estratégia viabiliza a replicação e a adoção mais ampla de soluções práticas.



Visto que o conhecimento gerado nos projetos apoiados pelo Fundo Ecos provém de diversas fontes, é fundamental garantir que o conteúdo seja captado e gerenciado de forma sistemática. Para tanto, o ISPN utiliza a Plataforma Coruja, uma ferramenta independente para o monitoramento dos projetos apoiados e, por meio de sua estratégia de Gestão do Conhecimento, incentiva os projetos apoiados pelo Fundo Ecos a destinarem recursos e ações específicas para a sistematização de informações. Durante a Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil, estão previstos recursos específicos para comunicação e gestão do conhecimento visando fortalecer esse esforço de sistematização.

O conhecimento compartilhado a partir desses projetos é disseminado por meio de intercâmbios de aprendizado, publicações, colaborações acadêmicas e articulações de governança com o poder público. No âmbito específico dos projetos, os intercâmbios trazem a perspectiva de desenvolvimento de conhecimento, como oportunidades de aprendizagem entre pares em vários cenários. As plataformas multissetoriais e redes de parceiros também são espaços de divulgação e disseminação dos conhecimentos gerados ao longo do projeto.

Ao longo dos anos, o ISPN tem publicado uma série de publicações sobre boas práticas no agroextrativismo, o beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade e o associativismo. Mais recentemente, vem trabalhando com mídias sociais e vídeos. Tanto as publicações e mídias podem ser acessadas por meio do site do ISPN (ispn.org.br). O ISPN também investe na capacitação e no fortalecimento dos canais de comunicação dos projetos parceiros, por meio de formações, assessorias e apoio técnico, buscando valorizar e ampliar o alcance e a qualidade das narrativas locais.

O Plano de Gestão do Conhecimento busca dar visibilidade às ações locais realizadas pelas organizações parceiras nos territórios, assim como promover a articulação em rede dos diversos atores sociais envolvidos nas Paisagens Prioritárias da Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil.

